

CENTRO UNIVERSITÁRIO DO SUL DE MINAS- UNIS
COMUNICAÇÃO SOCIAL/ JORNALISMO
ALICE BERALDO JEVOUX

**PREFEITAS NO SUL DE MINAS GERAIS: como estruturas sociais afetam as
dirigentes do poder executivo**

Varginha
2018

ALICE BERALDO JEVOUX

**PREFEITAS NO SUL DE MINAS GERAIS: como estruturas sociais afetam as
dirigentes do poder executivo**

Trabalho apresentado ao curso de Comunicação Social/Jornalismo do Centro Universitário do Sul de Minas, como pré-requisito para obtenção do grau de bacharel sob orientação do(s) Prof. Dra. Terezinha Richartz.

**Varginha
2018**

ALICE BERALDO JEVOUX

**PREFEITAS NO SUL DE MINAS GERAIS: como estruturas sociais afetam as
dirigentes do poder executivo**

Monografia apresentada ao curso de
Comunicação Social/Jornalismo do Centro
Universitário do Sul de Minas, como pré-
requisito para obtenção do grau de bacharel pela
Banca Examinadora composta pelos membros:

Aprovado em: / /

Prof. Dra. Terezinha Richartz.

Prof. Me. Sheldon William Silva

Prof. Me. Fabricio Pelloso Piurcosky

OBS.:

Dedico este trabalho a todos que me apoiaram durante sua realização.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha mãe que me serviu de inspiração. Agradeço aos meus grandes amigos José Neto e Gabryella Carvalho por me aconselharem e também por me criticarem quando parecia arrogante. Agradeço profundamente minha orientadora, Dra. Terezinha Richartz, que sem me iluminar os caminhos seria impossível que eu os percorresse. Agradeço por fim todas as mulheres que não se calaram durante a história, que com suas lutas deram a oportunidade para outras muitas terem acesso ao ensino, ao voto, a resistência.

“Our daughters' daughters will adore us
And they'll sign in grateful chorus
‘Well done Sister Suffragette!’ .”
Glynis Johns- Mary Poppins

RESUMO

O principal objetivo deste trabalho é questionar se as diferenças de gênero interferem de maneira particular ou administrativa na vida de uma prefeita, analisando também para melhor contextualização e entendimento se as mesmas questões interferiram na corrida eleitoral. Em busca das respostas foram feitas entrevistas com quatro prefeitas da região sul de Minas Gerais. Os nomes das entrevistadas e dos municípios, como em acordo prévio, não serão divulgados. Tal pesquisa teve como objetivo entender e contextualizar as questões provindas da criação patriarcal e do machismo na sociedade, como isso pode interferir no caminho escolhido por uma mulher que busca se tornar representante pública, especificamente, prefeita. Foi-se postulado que a intervenção do patriarcalismo, machismo e de questões de gênero chegam a ser inevitáveis, pois a mulher brasileira continua vítima constante de violência e isso respalda também nas que buscam a carreira política. Porém há diferentes maneiras que tais intervenções acontecem, podendo ser durante a campanha política ou depois de serem eleitas. Entender em quais quesitos o machismo e patriarcalismo que circundam as prefeitas atua se mostra importante em uma sociedade como a brasileira, onde a mulher tem ainda uma pequena representação política e é vítima de constantes agressões relacionadas ao gênero.

Palavras-chave: Prefeitas. Gênero. Patriarcado.

ABSTRACT

The main objective of this study is to question whether gender differences interfere in a particular or administrative way in the life of a mayor, also analyzing for better contextualization and understanding if the same issues interfered in the electoral race. In search of the answers, interviews were made with four mayors from the southern region of Minas Gerais. The names of the interviewees and the municipalities, as in previous agreement, will not be disclosed. Such research aimed to understand and contextualize the issues stemming from patriarchal creation and machismo in society, as this may interfere with the path chosen by a woman who seeks to become a public representative, specifically a mayor. It has been postulated that the intervention of patriarchy, machismo and gender issues are inevitable, since the Brazilian woman continues to be a constant victim of violence and this also supports those seeking a political career. But there are different ways that such interventions take place, either during the political campaign or after being elected. Understanding in which issues the machismo and patriarchy that surrounds the prefects acts is important in a society like the Brazilian, where the woman still has a small political representation and is a victim of constant aggressions related to the gender.

Keywords: *Female leadership. Gender. Patriarchy.*

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PMB- Partido da Mulher Brasileira

PR- Partido da República

PT- Partido dos Trabalhadores

STF- Supremo Tribunal Federal

TJMG- Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

TSE- Tribunal Superior Eleitoral

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 GÊNERO E PATRIARCADO.....	13
3 MULHER, DIREITO E POLÍTICA	17
3.1 Mulheres nas Prefeituras um panorama histórico e atual	18
4 MATERIAIS E MÉTODOS	20
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES	21
5.1 Vida privada	21
5.2 Projetividade pública	23
5.3 Capital político familiar	24
5.4 O partido político	25
5.5 Lei de cotas (9.504/97)	26
5.6 Vida parlamentar	28
5.7 Machismo	29
6 PREFEITAS CASSADAS	30
7 CONCLUSÃO	33
REFERÊNCIAS	35
ANEXOS E APÊNDICES	38

1 INTRODUÇÃO

De acordo com o Tribunal Superior Eleitoral, o Brasil tem 5539 prefeituras espalhadas pelo seu território, sendo 614 representadas por mulheres, pouco mais de 11% (BRASIL, 2016). O tema abordado nesse artigo será a relação de candidaturas femininas no âmbito político municipal com enfoque nas prefeituras. O foco geográfico desse trabalho é a região do Sul de Minas Gerais. O estado que conta com o maior número de prefeituras do país tem na sua região 155 municípios (MINAS GERAIS, 2016), sendo que 16 deles são administrados por mulheres (BRASIL, 2016).

Um dos principais motivos para essa pequena representação feminina provém da estrutura social que impediu até 1932 a mulher de participar ativamente da política, colocando-a fora das esferas deliberativas. Assim, quando assume uma posição de comando como o cargo de prefeita, sua gestão, além de submetida a julgamentos administrativos, recebe também julgamentos baseados em questões de gênero.

As questões de gênero devem-se principalmente pela construção simbólica das relações sociais que foram trabalhadas majoritariamente pela figura masculina, assim, a divisão sexual está inscrita, por um lado, na divisão das atividades produtivas a que se associa a ideia de trabalho, assim como, mais amplamente, na divisão do trabalho de manutenção da capital social e do capital simbólico [...] (BOURDIEU, 2002, p. 60).

O homem nessa divisão toma para si responsabilidades e destaque público. Já a mulher é responsável pela vida privada, assim seus encargos englobam os filhos e assuntos relacionados à casa. Consequentemente, o homem surge como ponte entre ela e o mundo, pois é o mandatário do capital simbólico, tendo como atribuição “o monopólio de todas as atividades oficiais, públicas, de representação [...]” (BOURDIEU, 2002, p. 60). Com os homens sempre responsáveis pelas atividades oficiais, as mulheres, mesmo depois de lutas sufragistas e com grande participação na hora do voto, ainda apresentam um baixo número de eleitas. De acordo com o TSE, o Brasil tem 52% do eleitorado feminino, contudo, apenas 15% de representação no Legislativo e pouco mais de 11% no Executivo (BRASIL, 2018).

Para a sustentação dessa divisão houve primeiramente a naturalização dos processos socioculturais de discriminação contra a mulher (SAFFIOTI, 1987, p. 11). As dificuldades encontradas pelas mulheres para o ingresso político se dão, antes de tudo, pela falta de legitimação histórico-cultural, mas também por um problema mais contemporâneo que se resume na omissão dos partidos. Esses são constituídos, na grande maioria, por homens que não incentivam e não apoiam as candidaturas

femininas. De acordo com um levantamento feito pelo jornal *O Estado de São Paulo*, candidatas à Câmara de Deputados em 2014 receberam 70% a menos em repasses e doações partidárias do que os homens (BELAS; BRUNORO; DAYRELL; FERNANDES, 2015). A falta de incentivo pode ser entendida como incredibilidade do órgão em relação à eleição, sendo assim, a mulher nem sempre é a primeira escolha para ocupar cadeiras oficiais.

Esse trabalho visa questionar como questões de gênero podem interferir na vida de uma mulher prefeita. Será analisado pelas suas páginas não só questões relacionadas à posição de chefe do executivo, mas também será abordado o contexto da eleição dessas mulheres. No segundo e terceiro tópico, “Gênero e Patriarcado” e “Mulher, direito e política”, respectivamente, será feito um apanhado geral do Trabalho de Conclusão de Curso, a fim de contextualizar e familiarizar o leitor, trazendo uma abordagem histórico-cultural do tema. No quarto tópico será explanado de maneira técnica com quais materiais se trabalhou e quais metodologias foram usadas para elaborar as análises. No quinto tópico, "Resultados e discussões", se encontram os estudos e os perfis traçados das entrevistas. No próximo tópico, o sexto a integrar esse artigo, “Prefeitas Cassadas” foram explorados dois casos que aconteceram no sul de Minas Gerais, onde duas prefeitas perderam seus mandatos em decorrência de denúncias apresentadas pelo poder legislativo. Na referida parte não aconteceu entrevistas, foi estudado apenas o que foi publicado por meios de comunicação.

2 GÊNERO E PATRIARCADO

“Ninguém nasce mulher: torna-se mulher” (BEAUVOIR, 2017, p. 11). Essa frase da filósofa francesa, Simone de Beauvoir, traduz em cinco palavras e uma ênclise o sistema de construção do “ser” mulher. Para a filósofa, a mulher se apresenta como o *Outro* do homem, ele é o Sujeito, o absoluto. O Outro é a formatação antagônica que a mulher ganha. Assim, o homem estará fora e a mulher dentro; o homem será público e a mulher, privada. O ser tornar-se uma mulher implica em encaixá-lo nos padrões em que a mulher, de acordo com simbolismo, deve ocupar. Essa situação é imposta à mulher, ela não nasce submissa ou inferior ao homem, mas sua construção lhe destina à inferioridade. “O não-reconhecimento do trabalho doméstico demonstra que a subordinação feminina está enraizada tanto na esfera privada quanto na pública” (RANGEL, 2014, p. 103). As mulheres são submetidas a um sistema onde são formatadas para o âmbito privado, não havendo nenhuma importância social e pública. Assim, manter a mulher em um espaço de diminuição social irá conseqüentemente reduzi-la.

Dada a desvalorização social do espaço doméstico, há o interesse em instaurar a crença de que este papel sempre foi desempenhado por mulheres. Para a solidificação desta crença nada melhor do que retirar desta atribuição de papéis sua dimensão sociocultural. (SAFFIOTI, 1987, p.11)

Entretanto, com o passar dos anos e a tomada de consciência social da mulher, esse aprisionamento já não é frequente. Encarando o atual contexto social de um mundo cada vez mais globalizado e capitalista, a mulher está ocupando seu lugar fora de casa, pois agora só a renda salarial masculina não é suficiente para a manutenção da vida familiar. Ela tem uma rotina de trabalho externo tão perdurante quanto a do marido, todavia, soma-se à agenda o expediente interno (doméstico). O homem, que poderia compartilhar das funções, por vezes não as faz, pois é vantajoso para ele que essa estrutura histórica, onde a mulher é doméstica, continue igual. A mulher, que agora fica mais fora de casa e mantém contato com indivíduos externos é vista como uma ameaça para a figura do patriarca. Saffioti explica que um dos elementos nucleares do patriarcado reside exatamente no controle da sexualidade feminina. A fim de assegurar a fidelidade da esposa, ele a acumula de funções fazendo com que ela passe menos tempo fora de casa. Desse modo, pensar em uma carreira política, dentro de uma agenda apertada como essa, nem sempre é algo comum.

Tal lógica implica no acúmulo de duas jornadas de trabalho (trabalho remunerado e trabalho doméstico/familiar) e torna mais difícil seu envolvimento com atividades outras. Com o acúmulo dos trabalhos remunerado e não remunerado, as mulheres não dispõem de tempo ou incentivo para se envolver em atividades sindicais, partidárias ou comunitárias. Por outro lado, os homens, por terem somente uma jornada de trabalho (trabalho remunerado), ficam livres para se dedicar a uma carreira política, e, portanto, ocupam com menos dificuldade que as mulheres cargos de direção e posições de poder (RANGEL, 2014, p. 104-105).

Candidatando-se, a mulher teria que ir às reuniões partidárias, fazer campanha política, convenções, corpo a corpo, etc.. Quando não encontra uma pessoa que possa se responsabilizar a zelar pelos filhos, ela acaba não indo. Essa atitude é muito comum, sendo uma das principais justificativas da abstenção feminina na vida pública.

O homem, em grande maioria, não se preocupa com tal questão, pois dentro do patriarcado é natural sua saída de casa, não havendo assim falta de uma figura que seja responsável pelos filhos. Para ela é necessário uma certa logística, procurar e deixar o filho a cargo de uma outra pessoa. Em um mundo capitalista, naturalmente, essa ação foi monetizada. Assim, mulheres que conseguem arcar financeiramente com a presença de outra pessoa, em grande maioria, outra mulher, conseguem se manter mais assíduas na política do que uma mulher que não dispõe dessa regalia.

[...] em geral, as poucas mulheres eleitas para cargos políticos possuem menos encargos domésticos, por conta de seu estado civil ou posição social e, sobretudo, por contarem com a assistência de outra mulher (trabalhadora doméstica, babá, cuidadora) para administrar o trabalho doméstico e de cuidado da família (RANGEL, 2014, p. 105).

A mulher transfere seus afazeres para outras mulheres como: empregadas e babás, assim, para uma ganhar a oportunidade, precisa do serviço de outra. Ela não ganha oportunidade dividindo as funções com uma figura masculina, mas sim uma figura feminina mais pobre. Cria-se uma falsa impressão de empoderamento, pois essa tomada de atitude será baseada meramente nas condições financeiras e não na busca de paridade geral.

A interferência e a intensidade do patriarcado está também ligada diretamente as questões financeiras e estruturais. Há na sociedade brasileira, devido a crise, uma tendência ao aumento do desemprego feminino, principalmente da mulher negra. De acordo com o levantamento baseado em dados divulgados do IBGE, a professora da Universidade Estadual de Campinas, Marilane Teixeira, mostrou um aumento no desemprego das mulheres negras, saindo de 9,2%, em 2014, para 15,9% em 2017, já no mesmo período a mulher branca saiu de 6,2% para 10,6% (UNICAMP). A falta de

trabalho e conseqüentemente a falta de renda dificulta ainda mais a representatividade da negra na política. Angela Davis, uma das mais conhecidas filósofas da causa negra, diz que o “pré-requisito mais importante para o empoderamento é a possibilidade de obter um sustento adequado” (DAVIS, 2017, p.11). As mulheres indígenas e negras em comparação com a mulher branca mostram uma situação de vulnerabilidade maior. Essa vulnerabilidade histórica-social acabou não sendo abraçada devidamente pelo movimento de mulheres brancas. Assim, a filósofa explica:

As políticas excludentes do movimento de mulheres dominantes desde sua concepção até o presente, que com frequência têm obrigado as mulheres afro-americanas a conduzir sua luta por igualdade fora de suas fileiras [...] devemos desenvolver ainda mais aqueles setores do movimento que estão se ocupando dos problemas que atingem as mulheres pobres e da classe trabalhadora, com empregos, equidade de salários, licença- maternidade remunerada, creches com subvenção federal, abortos subsidiados e proteção contra esterilização forçadas. (DAVIS, 2017 p.18)

A disparidade entre gênero na política é grande, contudo, tende a ser muito maior com a figura da mulher negra. De acordo com a Câmara Legislativa do Brasil, das 53 deputadas federais em exercício, 3 são negras (BRASIL, 2018). Cabe reforçar que o patriarcado é um dos maiores exemplos da discriminação e impedimento de oportunidade, mas o racismo aumenta ainda mais a sub-representação da mulher na política e cria uma vala social entre as pessoas.

Elas são excluídas dos espaços de decisão, não só por serem mulheres, mas por ser maioria da população pobre e por não serem pertencentes ao grupo étnico dominante. São marginalizadas por serem negras, por estarem na base da pirâmide social, por não terem recursos e influência (RANGEL, 2014, p. 111).

A mulher negra de acordo com Saffioti foi mistificada por toda sua história, então enquanto a mulher branca serve para estar de mãos dadas com o dominador em festas, a mulher negra serve como vassala. Essa sexualização imputada nela narra a construção do homem branco sobre o mito da negra ou mulata sensual, que é reforçado com frequência na imprensa. (SAFFIOTI, 1987, p. 53). Saffioti coloca como ordem social o patriarcado-racismo-capitalista.

Na "ordem das bicadas" neste país, a mulher negra ocupa a última posição. Ela é duplamente discriminada: enquanto mulher e enquanto negra. De acordo com o modelo oficial, cabem-lhe, fundamentalmente, dois papéis: o de empregada doméstica e o de objeto sexual. (SAFFIOTI, 1987, p. 52).

Com algumas diferenças do patriarcado o gênero tradicionalmente é compreendido e encarado como o sexo da pessoa. Quando os órgãos genitais de uma

criança são femininos ela começará a ser trabalhada para se encaixar dentro do padrão feminino.

A sociedade trabalha no sentido de naturalizar certas atribuições sociais. Por ser naturalmente destinada à maternidade, o espaço doméstico fica aos cuidados da mulher (SAFIOTTI, 1987, p.9). Assim, a existência das questões de gênero, por vezes é motivo de dúvidas, pois padrões biológicos foram impostos e reforçados no âmbito social, estabelecendo assim uma narrativa fantasiosa de uma predefinição natural.

Neste sentido, o conceito de gênero pode representar uma categoria social, histórica, se tomado em sua dimensão meramente descritiva, ainda que seja preferível voltar à velha expressão categoria de sexo (SAFFIOTI, 1969, 1977). Uma das razões, porém, do recurso ao termo gênero foi, sem dúvida, a recusa do essencialismo biológico, a repulsa pela imutabilidade implícita em ‘a anatomia é o destino’, assunto candente naquele momento histórico (SAFFIOTI, 2010, p.110).

Bourdieu reforça:

A diferença biológica entre os sexos, isto é, entre o corpo masculino e corpo feminino e, especificamente, a diferença anatômica entre os órgãos sexuais, pode assim ser vista como justificativa natural da diferença socialmente construída entre os gêneros, principalmente, da divisão social de trabalho (BOURDIEU, 2002, p.20).

Sendo assim, a mulher é encarada como ser doméstico por conta de predestinações biológicas. A etimologia da palavra “doméstico” vem do latim *domesticus*, onde o *domus* compreende-se por “casa da família”. Já a palavra “político”, vem do grego *politikos*, que são os integrantes das *polís*. *Polís* eram as cidades-Estado gregas, onde apenas homens, donos de escravos, poderiam votar. As *polis* haviam sido uma evolução da sociedade homérica, que eram chefiadas pelos *paters*, que eram os chefes patriarcas de uma comunidade (FUNARI, 2002, p. 66).

3 MULHER, DIREITO E POLÍTICA

Indo contra a naturalização da submissão e resguardo forçado ao lar, na passagem do final do Século XIX para o início do Século XX, o mundo presencia o nascimento dos primeiros movimentos sufragistas pelo voto da mulher. Em 1918, as sufragistas inglesas que desenvolveram um protagonismo histórico receberam o direito ao voto depois que anos de luta. A exemplo dos movimentos bens sucedidos na Nova Zelândia e na Finlândia que já haviam regularizado o sufrágio feminino em 1893 e 1906 respectivamente (TOSI, 2016).

Os primeiros registros sobre o sufrágio feminino nacional provêm do ano de 1891. Onde na Assembleia Nacional Constituinte três deputados propuseram o direito ao voto para as “mulheres diplomadas com títulos científicos e de professora, desde que não estivessem sob o poder marital nem paterno, bem como às que estivessem na posse de seus bens.” (Anais, v. I, p. 125. In: ROURE, Agenor de. op. cit., p. 277. apud BRASIL, 2016). A emenda constitucional sofreu forte rejeição e acabou não sendo adotada. Contudo, de acordo com registros do TSE em 1905, mesmo com o voto feminino proibido em todo o Brasil, três mulheres em Minas Gerais se alistaram e votaram, eram elas: Alzira Vieira Ferreira Netto, Cândida Maria dos Santos e Clotildes Francisca de Oliveira, porém não há registros da validação dos votos. Cinco anos depois, em 1910, ainda com o direito negado, Leolinda Daltro, Gika Machado, e outros nomes da luta feminista, criaram o Partido Republicano Feminino, que em conjunto com jornais que apoiavam o movimento na época, levavam as reivindicações das mulheres para a imprensa e para a política (BRASIL, 2016).

Um nome que recebeu bastante destaque nas lutas sufragistas no Brasil é o de Bertha Maria Julia Lutz. Logo depois de sua chegada da Europa, onde sofreu grande influência de movimentos feministas que lá aconteciam, a tradutora, advogada, educadora, escritora, feminista e posteriormente deputada, fundou em 1922 a Federação Brasileira para o Progresso Feminino. Das muitas contribuições para o reconhecimento feminino no Brasil, Bertha propôs junto com o Senador Juvenal Lamartine, em 1926, durante a reformulação do Código Eleitoral do Rio Grande do Norte, a inclusão da emenda onde as mulheres poderiam votar e serem votadas. A emenda teve aprovação em 9 de Abril de 1927, sendo Celina Guimarães Viana a primeira eleitora a se registrar. Assim, em 1928, o estado do Rio Grande do Norte se tornou pioneiro elegendo Alzira

Soriano como prefeita da cidade de Lajes-RN, sendo ela a primeira mulher a ocupar um cargo político no Brasil.

Em 1932 o Código Eleitoral concede à mulher o voto, porém se casada deveria pedir permissão do marido, se viúva ou solteira deveriam dispor de renda própria. Em 1934 o voto feminino é aderido pela Constituição contando porém com os mesmos requisitos. O direito amplia-se em 1946 onde todos os eleitores devidamente cadastrados na Justiça Eleitoral acima dos 18 anos poderiam votar. Em 1985 o direito para analfabetos é aprovado, aumentando ainda mais a adesão feminina, pois na época as mulheres representavam 27% da classe (BRASIL, 2013).

No ano de 1934 o Brasil elege suas primeiras deputadas. A jornalista, Antonieta de Barros, é eleita a primeira mulher deputada estadual por Santa Catarina. Antonieta é também a primeira mulher negra a assumir um cargo político no Brasil (NUNES, 2001), contudo sua atuação foi ignorada da História por gerações. Já a primeira deputada federal, sendo eleita pelo estado de São Paulo foi a médica Carlota Pereira de Queirós. Outros cargos foram ocupados décadas depois, Eunice Mafalda Berger Michiles assumiu a vaga de João Bosco Ramos de Lima em 1979 pelo senado do estado do Amazonas. A primeira governadora foi Iolanda Fleming, em 1986, pelo estado do Acre. Iolanda assumiu o lugar do seu companheiro de chapa Nabor Júnior quando esse lançou o nome para o senado (MULHERES PIONEORAS QUE FIZERAM A DIFERENÇA, 2016). Já a primeira presidente mulher do país foi eleita oitenta e dois anos depois da primeira mulher votar. Dilma Rousseff foi a 36ª presidente do Brasil.

3.1 Mulheres nas Prefeituras um panorama histórico e atual

Em 2016, 662 dos 5570 municípios do Brasil elegeram uma mulher para o principal cargo administrativo, uma porcentagem de pouca mais de 11% (BRASIL, 2016). Em 2012 foram eleitas similarmente 11%; 2008, 9,1%; 2004, 7,3%; 2000, 5,7% e, em 1996, 5,5% (RANGEL, 2014, p.75). Entre as maiores capitais do Brasil: São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Fortaleza, Belo Horizonte, Manaus, Curitiba, Recife e Porto Alegre (BRASIL, 2017); com exceção de Brasília que não dispõe de prefeita, o restando são todas atualmente governadas por homens. Apenas São Paulo, Salvador e Fortaleza tiveram nas suas histórias prefeitas mulheres (WIKIPÉDIA, 2018).

Belo Horizonte, capital do estado onde essa análise foi desenvolvida, nunca teve uma prefeita mulher. O estado de Minas Gerais nunca teve também uma governadora. Outras cidades de destaque no estado, como: Urbelândia, Contagem, Juiz de Fora e Betim; somadas apresentam apenas duas prefeitas. Afunilando o prospecto geográfico desse trabalho para o Sul de Minas Gerais, em 155 municípios, 14 são administrados por mulheres, apenas 9%. Suas maiores cidades como, Poços de Caldas, Varginha, Pouso Alegre, Passos e Itajubá (IBGE, 2017); nunca tiveram prefeitas.

Quanto mais se adentra o estado mais difícil é encontrar figuras femininas no poder político. A tradição é um tópico a ser levado em consideração. O tradicionalismo tem vertentes patriarcais, pois visa manter o que já foi estabelecido. Assim, em uma sociedade com essas características conservadoras será propensa à baixa presença feminina na política.

4 MATERIAL E MÉTODOS

Para delimitar a área geográfica de pesquisa deste presente artigo, foi-se determinada uma circunferência de 200 quilômetros tendo como ponto central a cidade de Varginha. As cidades inseridas nessa circunferência, onde as prefeituras são conduzidas por mulheres foram levantadas para análise, quatro cidades foram escolhidas entre as inseridas nos requisitos, primeiramente, por prontidão em responder a solicitação de entrevista e também por estarem dentro do plano econômico determinado para a pesquisa. A partir da seleção das cidades, foi-se entrado em contato com as assessorias de imprensa dos respectivos municípios, ou quando esse não detinha uma, houve contato direto com as secretárias e secretários das prefeitas. Os nomes das cidades, nem os nomes das entrevistadas serão revelados, pois a entrevistadora já havia firmado confidencialidade no momento do convite. Elas serão assimiladas por ordem de entrevista, assim, serão: PREFEITA 1, PREFEITA 2, PREFEITA 3 e PREFEITA 4. As prefeitas tratadas no tópico 5 além de se inserirem na circunferência de amplitude, tiveram seus mandatos cassados, fazendo-se conveniente a análise.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A saída da mulher, quando já integrada ao ambiente familiar, representa um deslocamento na estrutura cotidiana da casa. Dessa forma, seus movimentos são programados de acordo com a evolução da família, como: situação financeira, matrimonial e especialmente no impacto que isso terá nos filhos. Para dar início à análise, foram levantadas as condições da vida privada das entrevistadas (prefeitas), como: idade, relações familiares, filhos, profissão e autodeclaração étnico-racial. Tais questionamentos servem para entender os contextos que foram vividos, facilitadores ou não da eleição. Em seguida, serão abordados temas, como: a relação com os respectivos partidos, vida parlamentar, como encaram a baixa representatividade feminina e se elas nesse meio já foram vítimas de hostilidades baseadas em questões de gênero.

5.1 Vida privada

De acordo com dados fornecidos pelo TSE e analisados no livro “Mulheres e Eleições”, os candidatos para as prefeituras em 2012 revelaram estar, majoritariamente, na meia idade. A maior parte na faixa dos 45 a 59 anos (RANGEL, 2014, p.42). As entrevistadas deste artigo, eleitas em 2016, variam entre 42 a 59 anos. A divisão sexual do trabalho, que ainda sofre influência do patriarcado, pois na maioria dos casos a mulher é a responsável pelos afazeres domésticos, acaba implicando na sua iniciação política. Além de fatores socioculturais, há também fatores biológicos como a maternidade, que também mantém as mulheres longe da vida pública por determinado tempo. Esses retardamentos podem ser somados com o trabalho externo, assim, a rotina assoberbada impossibilita dedicar tempo para a agitada carreira política. Muitas nunca nem chegam a cogitar interesse, pois além do escasso tempo, têm uma concepção androcêntrica do cargo.

A falta de um compartilhamento ou distribuição igualitária de tarefas domésticas e tarefas do cuidado, bem como a ausência de equipamentos sociais como a cobertura satisfatória de educação pré-escolar, contribui para o afastamento das mulheres da política institucional, que demanda muito tempo e dedicação (RANGEL, 2014, p.105).

A primeira entrevistada, PREFEITA 1, nunca teve filhos e nem foi casada. Dessa forma, ela desconstrói toda a formatação feminina maternal e familiar, tendo em vista que nunca seguiu o caminho imposto como “natural” de construção da família.

“Segundo dados da PNAD de 2011, as mulheres dedicam quase três vezes mais tempo que os homens às tarefas domésticas (são 27,7 horas semanais contra 11,2)” (RANGEL, 2014, p.105). Não estando ligada a essa barreira, que sistematicamente conectada ao patriarcado, limita a mulher dentro da esfera privada, escolheu então dedicar tempo para a política, sendo além de prefeita, presidente do partido no seu município. Essa posição não usual foi criticada pela família:

Isso na minha família foi um problema, principalmente na minha adolescência. Recebia muita cobrança. Nem era da parte da minha mãe, mas sim do meu pai. Na época ele ficava ressentido pelo fato de eu não ter casado. Eu sou a filha única mulher, então o sonho dele era me conduzir ao altar. Infelizmente isso aí eu não pude satisfazê-lo. Minha vó também ficava indignada, eu era muito livre e aquilo para eles era uma coisa diferente. (PREFEITA 01)

Já a segunda entrevistada, PREFEITA 2, apresenta um cenário que se mostra destoante do padrão. Além de estar com 42 anos, portanto abaixo da faixa etária apontada em 2012, ela tem dois filhos, um com quatorze e outro com três anos. Com filhos nessa idade, em especial a criança, a mulher ficaria ou tentaria passar mais tempo em casa para se dedicar aos cuidados das progênes. Pois, como já abordado, é a mais comum no Brasil, a criança ser reponsabilidade da mãe. As mulheres nesse contexto encontram mais obstáculos, justamente porque precisam dar conta das obrigações que lhes são socialmente impostas como esposa e mãe (RICHARTZ, 2007, p.85).

Contudo, entra em questão uma circunstância importante que sempre interfere na disponibilidade de candidatura da mulher, o poder financeiro. Na entrevista a PREFEITA 2 relata que tem pessoas que a ajuda em casa e no seu negócio, assim não precisa se preocupar com questões relacionadas aos cuidados domésticos, dos filhos e nem do seu comércio. Como prefeita é plausível que financeiramente ela consiga arcar com despesas de seus “ajudantes”, porém antes de se eleger ela teve que dedicar parte do seu tempo estruturando assuntos sobre sua campanha e suas ações para a eleição. Se ela, antes, não pudesse financiá-los, sua campanha seria inviável. Assim, se uma mulher tem uma situação financeira agraciada, ela provavelmente terá mais facilidade para se candidatar.

As últimas prefeitas a serem entrevistadas, PREFEITA 3 e PREFEITA 4, contam que possuem filhos com mais de 25 anos, não precisando assim dedicar a atenção que seria necessária se eles fossem menores. A idade dos filhos é um fator importante, pois com o seu desenvolvimento, a figura da mãe já não é requisitada para o ambiente interno, podendo assim dedicar mais tempo para os seus próprios interesses. A

mulher perde a partir da gravidez grande parte da sua individualidade, seu tempo excessivo dedicado aos filhos a faz negligenciar interesses particulares, então, a partir do momento que esses não são mais dependentes, elas têm a liberdade para expandir seus interesses de mundo.

Todas as prefeitas autodeclararam-se “brancas”, fato que reforça a baixa representatividade da mulher negra na política. De acordo com Rangel, que como já antes citado nesse artigo, “a sub-representação das mulheres negras é gritante” (RANGEL, 2014, p.11). Elas, como estão na base da pirâmide social, discriminadas por serem mulheres, negras e pertencentes ao grupo étnico social mais vulnerável, são menos prováveis ao acesso das ferramentas políticas.

5.2 Projetividade pública

Um requisito básico para se vencer uma eleição é ter visibilidade pública, conseguindo assim contabilizar um maior número de eleitores. Diante disso, foi-se perguntado para as prefeitas se elas acreditavam que suas profissões lhe renderam projetividade para o pleito. Para a projetividade ser analisada cabe antes ressaltar o número de habitantes de cada município. De acordo com o IBGE, todos os municípios aqui analisados são de pequeno porte, com: 25.733, 8.161, 3.435 e 2.731 habitantes (BRASIL, 2010).

A PREFEITA 1 foi funcionária pública e atualmente está aposentada, já foi também radialista e trabalhou como diretora na Santa Casa Municipal. Antes de ser eleita, concorreu à prefeitura em 2010.

Eu trabalhava no RH (recursos humanos), então você tinha contato com todo mundo. Eu também tinha um programa de rádio. Era um programa de rádio da própria prefeitura, eu era meio que uma porta voz daqui. Mas o que me rendeu mesmo popularidade foi a Santa Casa, eu fui presidente lá por cinco anos (PREFEITA 1).

Já a PREFEITA 2 é uma microempresária, dona de farmácia, atuou também na direção da Santa Casa Municipal. Ela ressalta que o tamanho do município ajudou bastante na sua popularidade e o fato de, como a prefeita anterior, ter trabalhado na Santa Casa Municipal. Ambas atribuem à direção da instituição sua popularidade mais reforçada, pois como é uma instituição que lida com a saúde, as pessoas (eleitores) tendem a criar um laço afetivo maior.

Duas entrevistadas (PREFEITAS 3 e 4) tiveram longas carreiras acadêmica como professoras. A PREFEITA 3 não acredita que sua atuação profissional poderia ter-lhe rendido publicidade. Ela alega que como construiu sua carreira profissional em outro município, isso não interferiria no eleitorado que a elegeu. No seu antigo endereço ela havia sido vereadora por dois mandatos, mudou-se para onde se encontra hoje depois de sua aposentadoria. Mesmo com o cargo público e os anos como professora, a entrevistada acredita que tal fato não influenciou na sua eleição. A PREFEITA 4 conta que passou na sala de aula o que a possibilitou conhecer muitas pessoas e de reforçar sua imagem entre seus alunos que futuramente se tornariam eleitores. Em 2012 foi eleita prefeita e em 2016 foi reeleita para o cargo.

Todas as entrevistadas, com exceção da PREFEITA 3 estavam em um cenário no qual elas exerciam alguma projetividade na comunidade, ou onde pelo menos sua imagem era conhecida. A PREFEITA 3 é exceção, não tinham projetividade, mas ficando conhecida o suficiente para se eleger. Uma vertente a ser pensada nessa análise em questão é o capital político da entrevista.

5.3 Capital político familiar

O apoio de alguém importante é muito comum na política. Contudo, para as mulheres é por vezes imprescindível. Os partidos não promovem as candidaturas femininas como promovem as masculinas. Tal argumento pode ser constatado pela baixa eleição de mulheres na política mesmo havendo ações afirmativas como as cotas. Ou, quando eleitas, algumas carregam a imagem do pai ou do marido. Essa ligação nem sempre é positiva, pois a mulher é escolhida pelo seu capital político, não por seus projetos e ideais.

Com a supervalorização de trajetória política prévia e visibilidade, o que acaba ocorrendo é que os partidos não se preocupam em promover a liderança das mulheres em geral e selecionam somente aquelas que já possuem alto capital político para competir com reais chances de ganhar. Como são poucas as mulheres que conseguem trilhar esse caminho, a maioria esmagadora das aspirantes a um cargo político sequer é cogitada para se tornar candidata (RANGEL, 2014, p. 96).

Casos onde a mulher se torna uma extensão do marido são comuns. Esses são reforçados principalmente pelo reflexo da estrutura patriarcal onde a mulher é vista como propriedade do pai e em seguida do marido. Colocando-a como candidata o homem vê um mecanismo de controle da administração pública. Com exceção de uma

entrevistada, o restante tiveram familiares na política. Com tudo apenas em dois casos a conexão é forte o suficiente para poder ter interferido. O pai da PREFEITA 2 foi prefeito por dois mandatos e também é dono da maior empresa da cidade, fato que o faz influente. Parecido é o caso da PREFEITA 3, na qual membros de sua família também exerceram cargos públicos. “ [...] meu pai foi vereador por dois mandados. Meu irmão teve a vida toda voltada para a política. Ele foi o vereador mais novo da cidade e teve quatro mandatos de prefeito” (PREFEITA 3).

As circunstâncias que levaram o capital político do irmão interferir na candidatura da PREFEITA 3, foi que em 2012, ele foi derrotado ao tentar a reeleição à prefeitura, assim para mudar sua figura, adotou a da irmã. Isso explica o ganho de popularidade da mesma, que antes não tinha projetividade entre o eleitorado. As maneiras de perpetuar o machismo são diferentes, mas todas terminam de maneira parecida. A figura da mulher serve para ser regida pela figura masculina

Portando, a candidata que apresenta um capital político considerável é uma opção mais pragmática para o partido. É de valia ressaltar que diante de uma sociedade onde as visões tanto de homens como de mulheres são machistas, pois sempre estão expostas a relação de dominação-exploração, uma candidata com apoio político de um homem tem mais chances de ganhar, do que uma candidata sem. A candidatura da mulher, além apenas do apoio, pode sofrer interferências ainda mais profundas, como servir para a perpetuação da figura do homem

5.4 O partido político

O nome que apoia a candidatura feminina pode também interferir na visão do partido sobre a viabilidade dos nomes. Com a preferência por nomes masculinos, foi-se questionado com as prefeitas se houve resistência com seus nomes dentro do partido. Três das quatro entrevistadas não relatam problemas na decisão. A PREFEITA 1 comenta que ela foi a primeira liderança do partido na cidade. “Na época nós começamos um partido novo, então eu já entrei como líder. Eu era presidente, líder e também era o nome ”(PREFEITA 1). Outras comentam que não houve objeção com o nome, como foi o caso da PREFEITA 2: “Não houve, que eu saiba, objeção sobre o meu nome.” (PREFEITA 2). Contudo, no caso da PREFEITA 03 mesmo seu nome sendo indicado pelo seu irmão, ex-prefeito do município, existiu resistência.

Eu tive rejeição do próprio partido eu senti que alguns não queriam. Tive que bater o pé. Eu pedi que fizessem uma pesquisa, se o meu nome estivesse no primeiro lugar, eu iria, se não, colocaria outro. Então antes da pesquisa eu não entrei, porque eu sentia que tinha alguma rejeição (PREFEITA 3).

Não é sempre a que mulher tem a oportunidade de agir da mesma maneira que a entrevistada. Por machismo, algumas são rejeitadas sem ao menos terem suas popularidades comprovadas. Um dos maiores impedidores da candidatura feminina é o próprio partido, que investe mais em candidaturas masculinas (LINHARES; MONTEIRO; PINTO; 2016). Mesmo com a implantação de ações afirmativas, esses apresentam baixa eleição de mulheres.

5.5 Lei de Cotas (9.504/97)

As cotas de gênero é a principal ação afirmativa aplicada hoje nas eleições brasileiras, mas sua importância não estanca as sangrias de um sistema sem leis regulatórias. As candidaturas “laranjas”, mulheres que só estão cumprindo o número obrigatório de candidaturas, são comuns e não sofrem fiscalizações ou punições.

Falta incentivo para a mulher ir para a política. Eu falo que a lei nossa está muito errada. Nós somos obrigados a ter uma cota de 30% de candidatas. Como a mulher tem pouco interesse pela política nós temos que colocar a tia que não tem interesse nenhum. Eu brinco que se minha cachorra tivesse título (de eleitor) eu tinha colocado ela também, porque a cada mulher você perde três homens que podem trabalhar na política realmente (PREFEITA 1).

Os partidos ao invés de investirem em lideranças femininas burlam o sistema que busca paridade. Muitos chegam a reclamar por mais mulheres na política, mas em contrapartida não investe e não incentivam a mulher da maneira que se faz com um homem.

Um irônico exemplo da falta de coerência é o Partido da Mulher Brasileira (PMB), onde de acordo com dados fornecidos pelo site oficial, dos seus 223 representantes eleitos, sendo esses, vereadores, prefeitos e deputados estaduais, apenas 56 são mulheres (PMB, 2018). Em entrevista ao jornal GAÚCHAZH, o deputado federal, Domingos Neto, que compunha a bancada no Congresso do PMB pelo Ceará, ao questionado sobre ceder o seu lugar para as suplentes mulheres, disse que: “Não faz sentido a proposição, até porque defender os interesses das mulheres não pode ser feito só por mulheres” (GAÚCHAZH, 2015). O deputado não está mais filiado ao Partido da Mulher Brasileira desde 2016.

A negação da representatividade da mulher pela própria mulher é comum. As estruturas internas dos partidos são, em grande maioria, masculinas. Portanto, os “partidos políticos também podem ser considerados responsáveis pela sub-representação das mulheres” (RICHARTZ, 2007, p.153). Assim, rejeitar uma candidatura feminina, como foi rejeitada a da PREFEITA 3, sem antes uma análise prévia do contexto eleitoral é comum, pois muitas vezes o partido não foca em ganhar, mas sim em qual sexo o vai representar.

Sem hesitação é sabido que questões de gênero, machismo e patriarcado inferem de maneira explícita na vida da mulher, ainda mais se essa galga espaço em um ambiente com maioria masculina. As entrevistadas deste artigo chegaram a uma posição onde sua presença como mulher não era costumeira, sem exceção todas foram as primeiras prefeitas em seus municípios. Quando perguntadas sobre o baixo número de mulheres eleitas no Sul de Minas, respondem:

Acredito que ainda no machismo, ainda no preconceito. Ele existe. As pessoas duvidam. Duvidam muito. A mulher hoje para ser eleita tem que mostrar um diferencial muito maior do que se ela fosse um homem. O preconceito pode até estar um pouco mascarado, mas ele existe sim. Eu acredito nisso. Não vivo baseada nele, não vivo pensando nisso. Mas você via as pessoas mais velhas ‘eu não vou votar nessa menina’, ‘Por que o pai dela não colocou o irmão dela?’. Eu ouvi inclusive isso (PREFEITA2).

Com a criação de medidas afirmativas e a maior tomada de voz e consciência da mulher na sociedade, muitos acreditam que o machismo vem diminuindo e que qualquer pessoa tem oportunidade atualmente. Esse discurso meritocrático faz parte de uma exclusão criada pelo opressor, para fazer o oprimido pensar que pode chegar à igualdade se for esforçado. Contudo, essa linha de raciocínio excluiu completamente as diferenças sociais e como elas interferem na maneira que cada pessoa vai ver e ser visto pelo mundo.

A dominação-exploração imputada nas mulheres é tamanha que acabam projetando o machismo em suas semelhantes: “Quando querem, muitas, você vai me desculpar, mas é por status. Mulher tem muita vaidade. Tem muitas que vai por vaidade, não sabe a responsabilidade que é” (PREFEITA 3). Nota-se que a entrevistada projeta um estereótipo de que a mulher desempenha papéis só para impressionar as outras. Essa concepção machista é uma artimanha para enfraquecer o movimento de união das mulheres, colocando-as como inimigas. A fala da entrevistada é uma reprodução do sistema no qual ela foi criada, de sempre competir com outras mulheres e não competir com outros homens. O ambiente de rivalidade foi desenvolvido para que

elas nunca tenham sororidade (relação de afeição e união entre as mulheres) uma com as outras, assim a dominação-exploração masculina se manter confortável, pois o movimento de convergência feminino está em conflito. A ideologia machista, não está só na cabeça dos homens, mas também nas das mulheres que acreditam e reproduzem essa nestas ideias (SAFFIOTI, 1987, p.34)

5.6 Vida parlamentar

A mulher está tão sujeito a reprodução do machismo, que ela pode se tornar a sua própria vítima. Quando está em um ambiente cercado por homens, como: reuniões, congressos, encontram apuros para falar. O seu receio a faz revisar sua fala várias vezes na mente antes de tomar a palavra. O erro da mulher é muito mais pesado que o do homem. A mulher foi educada para não tomar partido, para ficar dentro e não fora, quando essa toma o lugar que “deveria” pertencer ao homem ela deve ter convicção absoluta e administrar com maestria, pois caso contrário o seu erro será relacionado ao seu sexo e não a sua competência.

São as barreiras pelo mundo ser muito machista. Alguns ambientes não são tão confortáveis. Fomos a um evento em Brasília, tinha três mil prefeitos lá, menos de 10% eram mulheres. Fica uma situação pesada para você participar, dar sua opinião não é uma coisa fácil (PREFEITA 2).

A política realmente é um ambiente muito masculino. Eu participo muito de reuniões de prefeitos. Sempre estou engajada nos movimentos municipalistas. E não foi uma ou duas vezes que eu me vi sozinha em uma reunião. É uma coisa assim, a gente ainda tem aquele preconceito. As pessoas admiram a coragem nossa, mas você vê que é uma coisa um bicho de sete cabeças. Ainda precisa ser mudado isso aí (PREFEITA 1).

Bourdieu explica que essa *agorafobia socialmente imposta*, foi construída a partir das abolições e liberdades formais das mulheres-direito ao voto, direto à educação, acesso as profissões, mesmo depois da sua tomada de direito, essas abolições podem subsistir conduzindo a mulher a sua própria exclusão (BOURDIEU, 2002, p.52). Com essa construção intrínseca o ambiente não é confortável, a mulher fala em um ato de resistência, de obstinação. “Eu já fui a muitas reuniões que só estava eu de mulher. Eu agi normalmente, se tiver que dar opinião, eu dou. Se tiver que falar, eu falo” (PREFEITA 3).

Contudo, o encorajamento visto na PREFEITA 3 não é comum em todas as mulheres. De acordo com a PREFEITA 2 ela se sente mais confortável quando nas reuniões vai acompanhada do marido.

O meu marido sempre vai comigo. Então isso já me dá uma segurança. Isso torna mais fácil, para prefeitas casadas, o marido acompanhar. Isso dá uma força, te deixa mais confortável. Você fica mais a vontade. Já as solteiras penam um pouquinho mais (PREFEITA 2).

Na sociedade, principalmente para haver a relação de dominação-exploração explanada por Saffioti, uma figura mais forte deve ser criada em contraponto da fraca. A mulher que é sempre retratada como meiga, doce, frágil, melindrosa, a que deveria ser protegida. Já o homem assume a posição de temerário, o seu oposto. Ela será a vítima, um papel que ela é mais socializada do que o homem para fazer (SAFFIOTI, 1987, p.35). “Logo, a construção social da supremacia masculina exige a construção social da subordinação feminina” (SAFFIOTI, 1987, p.29).

Isso sugere o porquê da PREFEITA 2 sentir-se mais confortável com a presença do marido. A mulher permaneceu por centenas de anos no papel secundário O destemor que está no seu oposto a conforta. Assim, em um ambiente que causa desconforto, uma reunião com vários prefeitos e apenas poucas prefeitas, fisicamente desigual, é natural que ela busquem confiança na figura de alguém.

5.7 Machismo

Essa inferioridade por vezes intrínseca na mulher a faz se calar caso alguma situação abusiva ou sexista acontecer. Dentro de um contexto onde a mulher foi reprimida para chegar ela se autoreprime para continuar. Mesmo sendo vítima de sexismo ela prefere se calar para continuar a atuar, o que não é saudável, mas se compreende a partir do momento que para a mulher ser ouvida ela tem que dispor de poder. “[...] as mulheres muitas vezes não tem outra escolha senão a de se excluir, ou de participar, pelo menos passivamente, para tentar se integrar, expondo-se, então, a não poder protestar se forem vítimas” (BOURDIEU, 2002, p. 84). A PREFEITA 2 comenta que não é confortável ter pouca presença feminina nos eventos.

Em ambientes que não se sintam confortáveis o trabalho pode não ser tão frutífero como deveria. A baixa representatividade não é problema só para as mulheres que galgam entrar na política, mas é também para as mulheres que já estão na esfera decisória. Não se sentir acolhida em uma reunião não deve ser encarado como vitimização, e sim como assunto a ser problematizado e discutido. Se acanhar nesses ambientes onde acontecem conexões, onde elas podem buscar parcerias e recursos para os seus municípios, pode colocar em perigo o processo democrático de inclusão

municipal e refletir em perdas para toda uma comunidade. “Por exemplo, se tivesse mais equilibrado o número entre homens e mulheres você pensaria cinco vezes antes de falar, quando está uma grande maioria de homens você pensa cem vezes antes de falar” (PREFEITA 2).

Por fim, as entrevistadas responderam os pontos que devem ser aprimorados para haver uma maior diversidade não só de gênero, mas também de raças, idades e etnias. A educação apareceu como prioridade nas respostas, sendo ela a maior ferramenta de transformação

6 PREFEITAS CASSADAS

Como já apontado anteriormente o Sul de Minas Gerais apresenta um baixo número de prefeitas e mesmo com a baixa representatividade duas foram cassadas em 2018, Célia Cavalcanti (PR), de São Lourenço e Marisa Maciel de Souza (PT), São Tomé das Letras. Ambas foram cassadas com menos de um mês de diferença, a proximidade nas datas é importante, pois ambos os casos foram amplamente vinculados na mídia. A repetição aliada com a maneira leviana que os meios tratam o assunto resulta em um prejulgamento público onde a imagem da candidatura feminina sai prejudicada. Entender o porquê do processo de cassação e seus agravantes é inexorável para detectar se questões de gênero exerceram influência no processo.

O primeiro caso a ser analisado é o de Célia Cavalcanti. Célia foi eleita em 2016 com 56% dos votos válidos no município de São Lourenço (BRASIL, 2016). Em 2017 foi instaurada uma comissão processante para investigar denúncias apresentadas contra ela. Em março de 2018, Célia Cavalcanti, foi cassada por descumprir os incisos “VIII- Contrair empréstimo, emitir apólices, ou obrigar o Município por títulos de crédito, sem autorização da Câmara, ou em desacôrdo com a lei”; e também pelo o inciso “X- Alienar ou onerar bens imóveis, ou rendas municipais, do artigo 4º do Decreto Lei 201/67” (BRASIL, 1967).

Célia também foi acusada de quebra de decoro deixando seu ex-marido, ex-prefeito de São Thomé das Letras, Tenório Cavalcanti (PR) tomar partido em assuntos administrativos. De acordo com os integrantes do Legislativo a então prefeita foi descuidada em deixar o ex-prefeito administrar a prefeitura.

Dos treze vereadores responsáveis pela denúncia contra a então prefeita, em sua totalidade homens, dez votaram a favor da cassação e três contra. De acordo com informações dispostas do site da Câmara Legislativa de São Lourenço, apenas um dos treze vereadores é formado em direito. Abel Goulart Ferreira, advogado de profissão, disse em corte que não havia provas contundentes que justificassem o afastamento da chefe do legislativo e que a peça acusatória era falha, pois não mostrava comprovação nenhuma de improbidade (MARQUES, 2018). Célia Cavalcanti recorreu ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais, acabou voltando em agosto ao cargo. De acordo com o TJMG a cassação do mandato da prefeita foi ilegal. A Câmara Municipal de São Lourenço está recorrendo à determinação.

Poucos dias antes da votação de Célia Cavalcanti, outra prefeita já havia perdido o cargo. Marisa Maciel de Souza (PT) prefeita eleita em 2016 para o seu segundo mandato foi cassada pela Câmara Municipal de São Thomé das Letras por desobediência do artigo 5º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, que determina que todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral (Lei nº 12.527, 2011). A prefeita de São Thomé das Letras foi cassada pela Câmara por não apresentar resposta a dezessete requerimentos. Em nota da assessoria, a prefeita chegou a responder cinco dos requerimentos e que alguns poderiam ser sanados a partir de uma busca rápida no site da prefeitura municipal, como por exemplo, os nomes de chefes de departamentos.

No primeiro caso pode-se observar que além da falta de experiência técnica dos vereadores eles parecem recusar a determinação do Tribunal de Justiça de Minas Gerais. A insistência de reforçar que Célia foi omissa ao deixar a prefeitura a cargo do ex-marido, mostra que a real intenção possa ser desconstruir a imagem dela perante a população. Esse movimento que pode ser ou não de origem política, usa o sexo como ponto negativo, pois passa a imagem de esposa que recebe ordens. Mesmo os vereadores recebendo resposta de uma corte superior, eles reforçam as denúncias, mesmo que a prefeita já não seja mais suspeita por algo ilícito, pois essa já foi absolvida por um órgão com faculdades para tal. Colocar a imagem de Célia Cavalcanti como submissa ao marido, alegando que ele é quem está tomando as decisões é uma tática bem comum para enfraquecer a imagem da mulher. As regularidades da ordem física e da ordem social impõem e inculcam as medidas que excluem as mulheres das tarefas mais nobres, assim mesmo a mulher sendo a detentora do poder ela parece submissa a uma figura masculina (BOURDIEU, 2002, p.34).

O segundo caso, em São Thomé das Letras dois prefeitos anteriores foram acusados de cometerem atos ilícitos como: corrupção eleitoral e fraude em licitação. José Roberto, ex-prefeito do município, foi julgado na legislatura anterior, mas foi absolvido pelo plenário da Câmara por entender que não havia irregularidades graves. Já de Luiz Vilela Paranaíba nunca foi julgado pelo plenário do município, ele era acusado de improbidade administrativa e fraude em licitação. Em 2012 Vilela foi condenado pela Justiça. Em resposta a Câmara Municipal afirma que “sempre agiu com estrita observância de todos os princípios e dispositivos legais, defendendo até os

derradeiros momentos o direito ao contraditório e à ampla defesa” (CAMARA MUNICIPAL DE SÃO THOMÉ DAS LETRAS, 2018).

Contudo, a “observância” parece ser mais austera com alguns do que com outros. Obviamente a lei deve ser cumprida, porém com a mesma eficiência para todos os envolvidos. Como já levantado anteriormente neste artigo o erro da mulher é visto de maneira mais austera que o erro do homem. O Legislativo de São Thomé das Letras não puniu da mesma as fraudes licitatórias e fraude eleitoral.

7 CONCLUSÃO

Esse Trabalho de Conclusão de Curso analisou como questões de gênero podem interferir na política desenvolvida por prefeitas, em especial no Sul de Minas Gerais. Algumas conclusões aqui podem ser apontadas: a) o ambiente social da candidata apresenta muita importância no futuro político das mesmas; b) questões de gênero podem sim infligir no desenvolvimento das prefeitas.

Primeiramente, com “ambiente” pode-se englobar a família e sua influência, questões financeiras e disponibilidade pessoal. O partido irá inevitavelmente prezar o capital político, então uma candidata que apresenta capital político alto tem mais chances de concorrer ao pleito. O capital financeiro da candidata para arcar com gastos para se substituir no lar e ainda a disponibilidade de tempo, são outros fatores fundamentais. Então, dispor de uma condição social favorecida facilita entrada da mulher na política. Ainda há preconceito contra gênero, tanto por parte dos partidos que não investem em candidaturas femininas, mas também por parte da sociedade, que ainda esta muito trabalhada no preconceito e na criação baseada no gênero.

As questões de gênero podem interferir de diversas formas na candidatura e na administração para/de uma prefeitura. Essas percorrem desde a candidatura com capital político, barreiras machistas nos partidos e alcance público até quando a mulher já toma posse do cargo, reuniões com baixa presença feminina, julgamentos ligados diretamente ao gênero da representante pública e não suas administrações, são barreiras corriqueiras na vida de uma mulher que pleita um cargo público.

A sociedade brasileira é patriarcal e machista, mas antes de tudo é também violenta com as mulheres. A violência gratuita deferida a elas acovardam o desejo de entrarem na política. Porém, o medo vai além de só perder a eleição, mas sim de errar e ser rejeitada, ser muito mais julgada que um homem. Quando uma prefeita, ou qualquer que seja a representante pública, prefere ignorar o machismo, é sim para não se limitar a ele, mas antes de tudo é por temê-lo. Seu discurso pode ser desmerecido pelo fato de representar certas bandeiras, não falando sobre os problemas estruturais essa acredita que não será atingida por eles. A mulher evita o assunto, pois tem medo de parecer vitimizada. Ela quer conversar no mesmo patamar que o homem, porque é assim que se procede em uma sociedade desenvolvida e justa.

As mulheres brasileiras, de maneira geral, mesmo não se sentindo confortáveis dentro de certo ambiente, se fazem falar e serem ouvidas em um ato de resistência. Ter

mais representatividade de mulheres negras, brancas, pardas, amarelas, indígenas, vai colocar a voz da várias em instâncias onde a vida de milhares é decidida. Com mais mulheres, menos medo.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA IBGE NOTÍCIA. **IBGE divulga as estimativas populacionais dos municípios para 2017**. Disponível em <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/16131-ibge-divulga-as-estimativas-populacionais-dos-municipios-para-2017>>. Acesso em: 12 out. 2018.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: a experiência vivida**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: fatos e mitos**. 3. ed. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 2016.

BELAS, BRUNORO, DAYRELL, FERNANDES. **Abismo na arrecadação para campanhas femininas sustenta desigualdade de gênero na política**. Disponível em: <<http://infograficos.estadao.com.br/focas/politico-em-construcao/materia/abismo-na-arrecadacao-para-campanhas-femininas-sustenta-desigualdade-de-genero-na-politica>> Acesso em: 27 ago. 2018.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRASIL. DECRETO Nº 12.527/11, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm>. Acesso em: 23 ago. 2018.

BRASIL. DECRETO Nº 201/67, DE 27 DE FEVEREIRO DE 1967. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del0201.htm>. Acesso em: 23 ago. 2018.

BRASIL. Tribunal superior eleitoral. **Eleições 2016: Número de prefeitas eleitas em 2016 é menor que 2012**. Disponível Em: <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2016/novembro/eleicoes-2016-numero-de-prefeitas-eleitas-em-2016-e-menor-que-2012>> Acesso em: 04 jul. 2018.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Mulheres representam 52% do eleitorado brasileiro**. Disponível em <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2018/marco/mulheres-representam-52-do-eleitorado-brasileiro>> Acesso em: 27 ago. 2018.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Série Inclusão: a conquista do voto feminino no Brasil**. Disponível em <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2013/Abril/serie-inclusao-a-conquista-do-voto-feminino-no-brasil>> Acesso em: 12 out. 2018.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FUNAN, Pedro Paulo. **Grécia e Roma**. São Paulo: Contexto, 2002.

G1. **Sem responder requerimentos, prefeita é cassada em São Tomé das Letras, MG**. Disponível em < <https://g1.globo.com/mg/sul-de-minas/noticia/sem-responder-requerimentos-prefeita-e-cassada-em-sao-tome-das-letras-mg.ghml> >. Acesso em: 23 ago. 2018.

GANDRA, Alana. **IBGE: mulheres ganham menos que homens mesmo sendo maioria com ensino superior**. Disponível em < <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-03/ibge-mulheres-ganham-menos-que-homens-mesmo-sendo-maioria-com-ensino-superior> > Acesso em: 27 set. 2018.

GAUCHAZH. **Partido da Mulher Brasileira tem bancada só de homens**. Disponível em <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2015/11/partido-da-mulher-brasileira-tem-bancada-so-de-homens-4910345.html>> Acesso em: 10 set. 2018.

GIL, Carlos Antônio. **Como elaborar um projeto de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOVERNO FEDERAL. **Mulheres ainda têm baixa representatividade na política, diz especialista**. Disponível em <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2016/07/mulheres-ainda-tem-baixa-representatividade-na-politica-diz-especialista>> Acesso em: 27 ago. 2018.

GUERRA, Isabel Carvalho. **Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo**. 1. ed. Estoril: Príncipia Editora, 2006.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

LINHARES, MONTEIRO, PINTO. **Candidatos homens recebem 30% mais verba que mulheres**. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/eleicoes-2016/2016/10/1818675-candidatos-homens-recebem-30-mais-verba-que-mulheres.shtml>> Acesso em: 17 set. 2018.

MARQUES, Jorge. **Célia Cavalcanti tem mandato cassado por mais de 2/3 da Câmara Municipal**. Disponível em <http://www.correiodopapagaio.com.br/sao_lourenco/noticias/ccelia-cavalcanti-tem-mandato-cassado-por-mais-de-23-da-cmara-municipal>. Acesso em: 19 set. 2018.

NUNES, Karla Leonora Dahse. **Antonieta de Barros: uma história**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2001.

ORIÁ, Ricardo. **Mulheres Pioneiras que fizeram História**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2016.

RANGEL, Patrícia. **Mulheres e eleições 1996-2012**. Brasília: Gráfica Brasil, 2014.

RICHARTZ, Terezinha. **Cotas e autonomia: paradoxos da implementação da lei de Cotas para cargos no legislativo paulista nos partidos PT, PSDB e PFL**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2007.

RODRIGUES, Pedro Eurico. **Período Homérico**. Disponível em <<https://www.infoescola.com/historia/periodo-homerico/>>. Acesso em: 16 de out. de 2018.

SAFFIOTI, Heleieth. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

TEIXEIRA, Marilane. **Desemprego avançou mais rápido entre as mulheres negras no Brasil**. Disponível em <<https://www.unicamp.br/unicamp/clipping/2018/03/08/desemprego-avancou-mais-rapido-entre-mulheres-negras-no-brasil>> Acesso em: 30 ago. 2018.

TOSI, Marcela. **A conquista do direito ao voto feminino**. Disponível em <<https://www.politize.com.br/conquista-do-direito-ao-voto-feminino/>> Acesso em: 12 out. 2018.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Eleições 2016**: homens receberam mais doações do que mulheres. Disponível em: < <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2016/Novembro/eleicoes-2016-homens-receberam-mais-doacoes-do-que-mulheres>> Acesso em: 27 ago. 2018.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Voto da mulher**. Disponível em < <http://www.tse.jus.br/eleitor/glossario/termos/voto-da-mulher> > Acesso em: 12 out. 2018.

WIKIPÉDIA. **Categoria**: Listas de prefeitos do Brasil. Disponível em < https://pt.wikipedia.org/wiki/Categoria:Listas_de_prefeitos_do_Brasil>. Acesso em: 13 out. 2018.

ANEXOS OU APÊNDICES

<i>QUESTIONÁRIO TCC</i>	
Nome da entrevistada:	Partido:
Casada/Idade	Filhos/ Idades/Profissão/Cor.
PERGUNTAS	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Nessa função, você tinha projetividade? 2. Quando/ Como você decidiu se candidatar a prefeitura? Recebeu algum incentivo da família, amigos, conhecidos, etc.? 3. Na sua família tiveram outras figuras políticas? 4. Como você divide o tempo entre trabalho e casa? 	
POLÍTICO/ PÚBLICO	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Você foi o primeiro nome para o seu partido? 2. Algum partido coligado colocou alguma objeção? 3. O sua candidatura foi apoiado por outras figuras políticas (antigos prefeitos, deputados, etc.)? 4. No sul de minas nós temos 155 municípios, sendo 14 deles governados por mulheres. Em sua opinião esse baixo índice de eleitas é reflexo do que? 5. Como mudar a visão do sulmineiro em relação com a figura da mulher na política? <ul style="list-style-type: none"> • Como foi sua criação para enxergar o mundo dessa maneira? 6. Como a senhora vê as cotas para as mulheres nos cargos de deputadas estaduais /federais e vereadoras? 7. Quais são as facilidades para uma mulher prefeita? 8. Quais são as dificuldades? <ul style="list-style-type: none"> • Como você lidar? 9. Você tem que lidar com questões de gênero na política? 10. Você acha que as mesmas cotas deveriam ser aplicadas para cargos de mais liderança, como: prefeitas, governadoras, e até presidente? 11. A senhora já sofreu de comentários ou alguma ação machistas durante o seu 	

mandato?

JUDICIÁRIO

12. Você já sentiu alguma pressão (sem justificativa) de órgãos do judiciário e do legislativo?

13. Em uma escala de um a cinco, qual é a dificuldade para a aprovação de um projeto de lei?